

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.042 - DF (2019/0325369-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE** : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**RECORRIDO** : **ANTONIO JOSÉ CASTELO BRANCO MEDEIROS**  
**ADVOGADO** : **GUSTAVO GONCALVES LEITAO - PI012591**  
**RECORRIDO** : **OSMAR RIBEIRO DE ALMEIDA JUNIOR**  
**ADVOGADO** : **RAIMUNDO CLERCIO FALCAO GRACA JUNIOR - PI015542**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do TRF da 1ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL PENAL. PENAL. ART. 312 DO CÓDIGO PENAL. PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. IMPOSSIBILIDADE. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO PROVIDO. COTAS DE PARLAMENTARES. ATO DA MESA N. 42, de 28/04/2009. ATIPICIDADE. HABEAS CORPUS DE OFÍCIO PARA TRANCAR A AÇÃO PENAL.

I - Inaplicabilidade do instituto da prescrição em perspectiva, em face da falta de previsão normativa.

II - O Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, decidiu ser inadmissível a prescrição da pretensão punitiva em perspectiva por ausência de previsão legal. (RE 863.709/DF).

III - O Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 438, no sentido de que é inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética.

IV - Sobre cotas parlamentares, a 2ª Seção concluiu que: "O Ato da Mesa da Câmara nº 42, de 21/06/2000, que regulava a emissão de passagens aéreas aos congressistas até 2007, tinha redação completamente vaga, não traçando balizas para utilização e muito menos impondo restrições quanto aos destinatários das passagens emitidas, dispondo apenas que os parlamentares faziam jus a uma "cota mensal de transporte aéreo", de forma discricionária, cenário no qual a conduta descrita na denúncia não tipifica o crime de peculato, dada a falta do dolo específico expresso no fim especial de agir (desviar). (IP 0071372- 82.2016.2016.4.01.0000/DF, 2ª Seção/TRF1ª Região, Julgado em 21/03/2018).

V - Recurso provido para receber a denúncia. Habeas Corpus concedido de ofício para trancar a ação penal em face da atipicidade da conduta." (e-STJ, fl. 135)

Opostos aclaratórios, foram desprovidos, em acórdão com a seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PASSAGENS AÉREAS.

COTAS PARLAMENTARES. ATO DA MESA N. 42/2000. ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA.

I - A redação do Ato da Mesa nº 42/2000, que regulou a emissão de passagens aéreas aos congressistas até 2007, era de redação completamente vaga, não traçando diretrizes para utilização e muito menos restrições quanto aos destinatários das passagens emitidas. (Cf. Inq 5.655/DF e Inq 3.680/SC/STF).

II - Não se prestam os embargos à rediscussão do mérito ante o inconformismo da parte com a fundamentação exposta.

II - Embargos de declaração rejeitados." (e-STJ, fl. 162)

Nas razões do especial, aponta contrariedade ao art. 312 do CPP, argumentando, em suma, estar comprovado o dolo no desvio de recursos públicos.

Salienta que o Ato da Mesa n. 42, que regulamentava a matéria na Câmara dos Deputados, não previa o fornecimento de bilhetes nominais de passagens aéreas, e sim mero crédito mensal aos deputados, de modo que o cometimento do crime não seria afastado pelo fomento da Casa respectiva.

Anota, ainda, divergência jurisprudencial acerca do tema.

Contrarrazões às fls. 200-207 (e-STJ).

O Ministério Público opina pelo provimento do recurso (e-STJ, fl. 224-233).

**É o relatório.**

Decido.

No caso, verifica-se que o acórdão recorrido recepcionou o fundamento expandido pelo Supremo Tribunal Federal, no Inquérito (Inq) 3.680/SC, para concluir pela atipicidade da conduta:

' [...] A configuração das elementares 'apropriação' ou 'desvio' pressupõe, portanto, a utilização das verbas fora da autorização normativa.

Todavia, o dispositivo da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados que regulava a matéria foi redigido de forma sobremaneira vaga, autorizando interpretação bem pouco restritiva.

Essa frouxidão da regulamentação também cria sérios problemas para aquilatação da presença de dolo na conduta. Ocorre que práticas como as objeto desta investigação eram usuais e disseminadas na Câmara dos Deputados, contando com o beneplácito da Mesa.

Assim, até a alteração das normas de regência da matéria, com a criação de limites concretos à utilização da cota, autorizando a sua utilização apenas para congressistas e assessores que viajem a seu serviço, condutas como as ora investigadas são passíveis de censura apenas no plano moral e cível.

Com efeito, analisando-se a questão sob o prisma da tipicidade conglobante, diante da praxis da Casa Legislativa, fomentada pela redação da norma que disciplinava o uso da cota de passagens, conclui-se pela impossibilidade de subsunção dos fatos investigados ao tipo do art. 312 do Código Penal.

[...]

Sem embargo disso, pretende o recorrente que a tipicidade do art. 312 do

CP seja analisada com enfoque na interpretação do ato da Mesa n. 42 da Mesa da Câmara dos Deputados. Aduz que a interpretação correta desse ato normativo desautorizaria a venda de passagens aéreas pelos deputados, e, por conta disso, afastaria a subsunção ao peculato sob a ótica da tipicidade conglobante.

Como se vê, o acolhimento da pretensão recursal demandaria necessariamente o exame de norma infralegal, ato normativo secundário, procedimento incompatível com a via do especial.

No ponto:

"AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VENDA DE AGROTÓXICO EM DESACORDO COM A NORMA REGULAMENTAR. VIOLAÇÃO DO ART. 15 DA LEI N. 7.802/1989. SUPOSTA ATIPICIDADE. TESE DE QUE O PRODUTO APREENDIDO NÃO É AGROTÓXICO. INADMISSIBILIDADE. QUESTÃO QUE TANGENCIA A ANÁLISE DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULA 7/STJ. TESE LASTREADA NO EXAME DE RESOLUÇÃO. INADMISSIBILIDADE. ATO NORMATIVO QUE NÃO SE ENQUADRA NO CONCEITO DE LEI FEDERAL (ART. 105, III, DA CF). REVOGAÇÃO DO TIPO PENAL ANTE O ADVENTO DA LEI N. 9.605/1998. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. NORMA ESPECIAL, MODIFICADA EXPRESSAMENTE PELA LEI N. 9.974/2000, SUBSEQUENTE ÀQUELA TIDA COMO REVOGADORA. TESE DE QUE A CONDUTA IMPUTADA NÃO ESTÁ TIPIFICADA NA NORMA. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 158 DO CPP. FALTA DE MATERIALIDADE POR AUSÊNCIA DE PERÍCIA. INADMISSIBILIDADE. RECURSO QUE NÃO INFIRMOU TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO HOSTILIZADO. SÚMULA 283/STF.

1. A tese de atipicidade, calcada no argumento de que o produto apreendido não é agrotóxico, é inadmissível, pois demanda o reexame de elementos fático-probatórios, além da análise do conteúdo de ato normativo infralegal.

[...]"

(AgRg nos EDcl no AREsp 1.111.588/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 22/09/2017)

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR. NÃO INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL VIOLADOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. ANÁLISE DE OFENSA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. PERDA DO POSTO OU GRADUAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. AGRAVANTE DO ART. 61, INCISO

II, ALÍNEA G, DO CÓDIGO PENAL. CRIME PRÓPRIO. NÃO  
INCIDÊNCIA.  
BIS IN IDEM.

[...]

2. Nos termos do artigo 105, inciso III, alínea 'a', da Constituição Federal, este Superior Tribunal de Justiça tem a missão constitucional de uniformizar e interpretar a lei federal, não lhe competindo, em sede de recurso especial, o exame dos fatos da causa e do processo sem a indicação do disputativo de lei federal que teria sido violado, à moda de recurso ordinário ou de apelação como se terceira instância fosse, tampouco a análise de ofensa a Portarias ou atos infralegais, ou de ofensa a dispositivo constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, pena de usurpação da competência do Pretório Excelso.

[...]"

(AgRg no REsp 1.433.697/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 07/04/2015, DJe 13/04/2015)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator